

OS DILEMAS E CONTRADIÇÕES DOS AGROCOMBUSTÍVEIS.

Frei Sérgio Antônio Görgen

Há um respeitável risco de que os agrocombustíveis, inclusive o biodiesel, não venham a beneficiar os pequenos agricultores e assentados, transformando-se numa nova versão do Pro-Álcool, apesar de manifestações expressas do Presidente Lula no sentido de colocar como objetivo central do Programa Nacional de Produção de Biodiesel a geração de renda e emprego na agricultura familiar. É que os instrumentos de ação governamental utilizados e as decisões políticas de seu governo acabam levando para o destino contrário da intenção expressa nos discursos públicos do Presidente.

E há, estou convencido disto, reais possibilidades de se fazer da produção de agrocombustíveis associados umbilicalmente à produção de alimentos, uma alavanca de renda e trabalho para a agricultura camponesa familiar, de viabilidade para os assentados de reforma agrária e de territorialização do desenvolvimento sustentável para as pequenas cidades e municípios interioranos. Mas para isto, somente a legislação do selo social e o Pronaf, são absolutamente insuficientes.

A questão central é a seguinte: precisa ação direta do Estado Brasileiro para garantir a entrada de forma organizada dos pequenos agricultores e assentados no processo agro-industrial e não apenas na produção de matéria prima. Caso fiquem simplesmente expostos às regras de mercado, isto não acontecerá. O que se verá no futuro é a repetição de dois modelos já conhecidos:

a) Grandes áreas de cultivo de oleaginosas totalmente mecanizadas (a soja é um exemplo clássico) ou com trabalho sazonal precário e mal pago (o que poderá acontecer com o pinhão manso e com o dendê), sistema já vigente nas grandes usinas de açúcar e álcool, na produção de frutas, celuloses, entre outros;

b) Sistemas de integração semelhantes às cadeias produtivas do fumo, suínos, leite e frangos, nos quais acontece seletividade, exclusão, subordinação e exploração. Neste modelo um pequeno número de agricultores mantém-se na terra, mas toda a produção é controlada e explorada pela grande empresa integradora.

Estes dois modelos são socialmente perversos, concentram renda e poder, provocam mais êxodo rural e não espacializam o desenvolvimento e a industrialização nas diferentes regiões do país. Além de terem se mostrado ambientalmente insustentáveis deixando atrás de si um rastro de destruição da natureza e dos ecossistemas locais.

A cadeia produtiva que está se configurando ao redor do Biodiesel é uma cadeia nova e oferece muitas possibilidades até agora difíceis de prever todos os seus desdobramentos. Diante disto é possível começar um sistema novo, que fuja dos dois modelos que o mercado oferece em

sua lógica implacável. Mas para isto é fundamental a ação do Estado através de legislação, tecnologia, apoio à assistência técnica, apoio com infra-estrutura industrial e comunitária, linhas de crédito de longo prazo, infra-estrutura logística e – principalmente- da ação decisiva da Petrobrás sustentando um modelo de relação econômica onde os pequenos e médios agricultores, de forma organizada, participem de fases importantes do processo industrial, como por exemplo, a produção do óleo vegetal.

Há inúmeras vantagens de toda ordem neste modelo que poderá se estender para todo o sistema de produção, como por exemplo: policultivos, consórcios de plantas, rotação de culturas, oferta de matéria prima em épocas diferentes do ano diminuindo o custo de armazenagem, integração da produção de alimentos com a produção de energia, integração da produção vegetal com produção animal, combinação de plantios perenes com plantios anuais, desenvolvimento de sistemas agrosilvopastoris, diminuição de custos na agricultura aproveitando localmente os co-produtos da extração do óleo e do álcool (para alimentação animal e fertilização das lavouras e pastagens), adaptação de motores de tratores e caminhões para utilizar o óleo vegetal puro, autonomia energética das comunidades rurais, etc.

Da mesma forma, a produção de álcool pode se dar num outro modelo, a partir de micro-distilarias nas comunidades rurais ou famílias camponesas que produzam o álcool pré-pronto, utilizam os co-produtos (leite, carnes, ovos, cereais, frutas, hortigrangeiros, etc) nas unidades de produção familiar e transportar o álcool pré-pronto (com enorme barateamento dos custos logísticos) para uma coluna retificadora que fará a destilação final para a padronização e o aprimoramento do álcool especificando-o de acordo com as exigências da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e com garantia de compra pela Petrobrás ou qualquer outra distribuidora autorizada. Esta forma de produção de álcool combustível consegue ainda, sem grandes custos de investimentos adicionais, incorporar outras fontes de matéria prima na produção de álcool como mandioca e batata doce, com a mesma lógica de utilização local dos co-produtores para ampliar a produção de alimentos com menores custos, estimular a rotação de culturas e fugir das monoculturas, produzindo álcool o ano todo e possibilitando mais uma fonte de renda para as famílias agricultoras. Projetos concretos com estes perfis estão em pleno andamento e poderão servir de inspiração para outros projetos além de poderem servir de base para uma política pública nacional que vise generalizar sistemas semelhantes auto-sustentados e com enormes benefícios ambientais.

Pairam, porém, grandes dilemas e contradições em relação à produção de agrocombustíveis no Brasil. Entre eles podemos destacar os seguintes:

- a) Competição por espaço entre produção de energia e produção de alimentos, entre carros individuais da classe média e rica e comida na mesa dos pobres ou sistemas de produção integrada de alimentos e energia;
- b) Concentração de renda enriquecimento de um pequeno grupo de investidores, maioria estrangeiros, ou geração de postos de trabalho com distribuição da renda e melhoria das condições de vida do conjunto da população;
- c) Produção de matérias primas em monoculturas latifundiárias extensivas ou em sistemas camponeses de policultivos em áreas rurais de pequeno e médio porte, organizados em estruturas econômicas associativas e cooperativas;
- d) A produção com tecnologias brandas e flexíveis, de base ecológica, apropriadas pelos agricultores e que preservem o meio ambiente ou modelo tecnológico

duro, dependente de insumos químicos derivados do petróleo, caro e só acessível à minoria abastada do campo, predador de recursos naturais e destruidor do meio ambiente;

e) Controle partilhado das plantas industriais entre cooperativas de agricultores e empresas públicas ou privadas, priorizando formas horizontalizadas de organização econômica ou domínio empresarial absoluto, verticalizado, mantendo os agricultores como simples produtores de matérias primas;

f) Distribuição das plantas industriais pelo espaço geográfico do país todo ou concentração industrial em algumas regiões já urbanizadas, aumentando o êxodo rural e o caos urbano;

g) Estratégia de produção de alimentos e energia centrada na construção de um projeto de desenvolvimento nacional ou destinada prioritariamente a atender às demandas de energia líquida dos países ricos.

A solução destas contradições e dilemas em favor do povo e como um dos meios de solução de vários problemas nacionais – corroborando o discurso do Presidente Lula e questionando as ações práticas de seu governo – depende da elaboração e execução de diretrizes políticas nacionais, eficazmente coordenadas, programas efetivos que dêem eficácia à ação governamental, construídos com a sociedade e os movimentos sociais, no debate das idéias e na construção coletiva dos melhores caminhos. Muitos poderão alegar que isto já existe, que há uma política governamental correta e bem estruturada, mas, em meu entender, o que existe é vago, incompleto, incongruente, desarticulado e levam, na prática, à confusão no meio do povo e aos efeitos concretos contrários ao discurso do Presidente que trata deste tema. Na prática está criando condições para algumas empresas privadas organizarem arranjos produtivos que vão explorar a mão de obra no campo.

Urge construir e aplicar diretrizes políticas, instrumentos de ação governamental e programas operacionais que cumpram o papel de soldar no meio do povo uma unidade de objetivos e de unir a ação governamental com o agir coletivo dos movimentos sociais, das comunidades, das municipalidades e estruturando projetos de desenvolvimento regional sustentável.

Os modelos produtivos alicerçados no agronegócio com suas monoculturas extensivas totalmente mecanizadas e utilizando toneladas de venenos e fertilizantes sintéticos (derivados de petróleo, diga-se de passagem), só conseguem produzir oleaginosas com baixo teor de óleo (caso típico da cultura da soja que só produz 18% de óleo) ocupando fatalmente o espaço necessário à produção de comida. Além disto, concentram renda, terra e poder em poucas mãos, criando ilhas de prosperidade em oceanos de miséria. E, por derradeiro, produzem energia que só é limpa do cano de descarga para fora (porque emitem menor quantidade de gases de efeito estufa), sendo suja em todo o seu processo de produção. Estes modelos não resolvem os dilemas e as contradições que se apresentam na produção de agrocombustíveis, antes os aprofundam. Vejam-se como maus exemplos o agravamento da fome em regiões de monocultura de cana para produção de álcool combustível, fez aumentar o preço dos alimentos derivados de milho, entre eles, a *tortilha* mexicana que dobrou de preço.

Os sistemas camponeses de produção, ao contrário, são capazes de produzir alimento e energia limpa com preservação do meio ambiente através de policultivos, com grande ocupação de mão de obra, valendo-se prioritariamente de oleaginosas perenes em sistemas agroflorestais,

com alta produtividade de óleo vegetal em pequenos espaços de terra, preservando e melhorando o solo, o ar, as águas e a qualidade dos alimentos.

Vislumbro que os camponeses brasileiros, na contramão da voracidade do agronegócio, implementarão com suas próprias forças e como resultado de suas lutas de resistência, projetos de produção integrada de alimento e energia, nos moldes acima descrito. Na verdade, já estão fazendo. Mas modelos com este perfil poderiam ganhar dimensão muito mais ampla e maior velocidade sob uma opção política clara por parte de quem dirige o Estado Brasileiro.

Uma opção política desta natureza exigira, de parte do estado Brasileiro, um Programa Nacional de Produção de Alimentos e Energia baseado no apoio aos pequenos agricultores e assentados de reforma agrária, uma ampla distribuição dos latifúndios (todos com mais de 2.000 hectares), na preservação e apoio diferenciado às propriedades rurais de porte médio, na difusão e financiamento de opções tecnológicas descentralizadas e de base ecológica. O objetivo central deve ser a soberania alimentar e energética das comunidades, dos municípios e da nação e, garantido isto, exportar. A produção integrada, complementar e sinérgica deve envolver todo o tipo de alimento possível e necessário em sistemas de policultivos alimentares, energéticos e ambientais. E nos plantios com maior potencial energético, deve se orientar para o desenvolvimento de adequado consórcio entre plantas perenes, anuais e plurianuais com maior produção de energia em menor espaço de área. A produção industrial deve priorizar a produção descentralizada de óleos vegetais transformando-os em combustíveis de uso local, que é possível com a alteração dos motores; de biodiesel em usinas que processam o maior número de óleos vegetais para estimular os policultivos; de álcool com variedade de matérias primas e uso dos co-produtos na produção de alimentos (usando cana de açúcar, mandioca, batata doce e outras matérias primas); em usinas e unidades industriais preferencialmente de pequeno e médio porte; de biogás com pequenos biodigestores utilizando estrume animal e vinhoto derivado da produção de álcool, entre outras matérias primas; de pequenas termoelétricas utilizando casca de arroz, casca de tungue, parte do bagaço da cana, florestas superdensas diversificadas e cortadas em dois a três anos aproveitando, sempre que possível, a capacidade de rebrote.

Para o pleno sucesso de uma empreitada deste porte e indispensável um vigoroso suporte científico e técnico, que poderá se implementado num programa de pesquisas que interaja com o dia a dia da produção primária e da indústria e da implementação de um programa de mecanização para a agricultura camponesa familiar, desde o trator popular multiuso, até a gama necessária de equipamentos de uso familiar ou coletivo, o que possibilitaria uma nova fase de desenvolvimento da indústria metal-mecânica com a correspondente geração de postos de trabalho em toda a cadeia produtiva dos implementos agrícolas, gerando novos postos de trabalho na indústria metalúrgica.

Só assim poderão ser bem resolvidos os dilemas e as contradições dos agrocombustíveis e só os camponeses tem em suas mãos e em sua experiência histórica a capacidade e a possibilidade de resolver as novas contradições que se colocarão para o Brasil e para a humanidade na era do aquecimento do global e no crepúsculo de petróleo.